



# vento sul

## Denúncias derrubam licitação do lixo

Derrubada por uma onda de denúncias que arrastou também a direção do DMLU, a licitação do lixo em Porto Alegre ainda vai demorar para ser refeita. A polícia e o TCE continuam investigando as suspeitas de fraude e poderá sair uma CPI na Câmara de Vereadores. Enquanto isto, catadores e galpões de reciclagem se ressentem da falta de reconhecimento da importância de seu trabalho. **Página 3**

## Desafios e propostas para o novo governador gaúcho

Ao sentar-se na cadeira estofada de seu gabinete, no andar superior do Palácio Piratini, o próximo governador sabe que terá sobre sua mesa, junto com o cargo, um pesadíssimo pacote de problemas. **Páginas 4 e 5**

## Deserto verde: a monocultura do eucalipto produzindo miséria

A implantação de florestas de eucalipto na Metade Sul do Rio Grande do Sul foi condenada por especialistas das áreas da economia, meio ambiente, justiça e por representantes de movimentos sociais no seminário "Deserto verde: os impactos da monocultura do eucalipto para os povos". **Página 9**

## Financiando o desenvolvimento socioeconômico popular

Implementar políticas que transcendam ações substantivamente assistências apresenta-se, na atual conjuntura, como um grande desafio aos gestores públicos e da sociedade civil. **Páginas 10 e 11**



## desenvolvimento local

# Constantina ensina o caminho do desenvolvimento rural sustentável

A cena clássica é assim: um pequeno agricultor familiar vende por baixo preço sua produção – um porco, por exemplo – ao grande frigorífico, que vai abater o animal, processar sua carne e revender aquele produto ao mercado com alta agregação de valor e lucro, no formato de lingüiça ou queijo de porco. Agora, imagine a seguinte cena: o pequeno produtor rural adquire uma carcaça certificada de suíno de um grande abatedouro e, em sua agroindústria familiar, transforma aquela carne em salame, lingüiça e outros embutidos. Não lhe falta

mercado, e quem recebe uma renda maior com o valor agregado são os próprios agricultores.

O melhor é que esta inversão de cenário não é apenas uma ilusão. Ele já faz parte do dia-a-dia de centenas de agricultores familiares do município de Constantina, na chamada Região da Produção, no Norte do Estado. "Este é só um tipo de mudança das muitas que vêm revolucionando a vida dos pequenos produtores rurais de lá", atesta o economista Lovois de Andrade Miguel, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Ele sabe do que está falando - o PGDR vem acompanhando de perto o que já está sendo conhecido como o "case" Constantina – um pequeno município com 11.177 habitantes, a 365 quilômetros de Porto Alegre. Afinal, este município de pequenos agricultores, na maioria de origem italiana, transformou-se hoje num dos principais referenciais da região Sul do Brasil em desenvolvimento local sustentável. **Página central**

Consciente do seu papel – contrapor a informação, o debate de idéias e projetos, aos tradicionais meios de comunicação de massa – onde sempre o proprietário ou seus prepostos decretam o controle político do processo da produção da notícia, usando a máscara marota da tal imparcialidade que se transforma numa implacável opinião monolítica – Vento Sul está mudando seu formato. Maior e com mais páginas para um aproveitamento melhor das matérias e artigos mas mantendo o espaço para informar a sociedade sobre os mais diferentes e importantes temas que hoje ou não fazem mais parte da cobertura diária da mídia e, quando entra, sai sempre com o conteúdo negativo ou distorcido quase sempre contra o povo brasileiro.

Nessa edição apresentamos um retrato da pequena cidade de Constantina onde a solidariedade garante o desenvolvimento. Uma solução que apareceu na contramão das formulas tradicionais, ditadas pelo mercado global. Uma pequena cidade que não depende de uma grande indústria mas sim de uma receita bem caseira: desenvolvimento local.

Continuamos a debater os desafios e as propostas para o Rio Grande do Sul pois sabemos que o próximo governador eleito terá sobre sua mesa um pesadíssimo pacote de problemas. Um certamente será o da crise das finanças públicas e o outro é o da própria economia do Rio Grande que hoje vem ficando para trás em relação aos demais estados brasileiros.

Mais informações sobre a megalicitação do lixo em Porto Alegre, que deveria contratar serviços no valor de R\$ 305 milhões ao longo de cinco anos mas que foi derrubada no começo de agosto por denúncias de graves irregularidades no processo, constatadas pela polícia e reconhecida pela Justiça e pelo Tribunal de Contas do Estado.

Dois artigos que tratam da necessidade de implementar políticas que transcendam ações substantivamente assistências do Governo Lula - um grande desafio aos gestores públicos e sociedade civil.

Vento Sul vai continuar debatendo o que é e o que não é importante para os que não têm voz, denunciando as injustiças, elogiando o que tem de bom e lutando para mudar o que está errado mostrando a realidade para que as pessoas tenham elementos capazes de transformar esta mesma realidade e, reagir diante dela, se quiserem. Um espaço onde as pessoas possam declarar quem são, o que querem e o que pensam.

Para isso o CAMP luta há 23 anos.

## Educação Popular e Movimentos Sociais

Nos dias 29 e 30 de Agosto, o CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina) reuniu em São Paulo 40 educadores populares do Brasil, Chile, Argentina, Paraguai e México para fazer reflexões sobre as formas de organização dos movimentos sociais e os desafios para a educação popular. Como preparação para esse debate, no dia 28, o CAMP reuniu 12 educadores envolvidos em diferentes projetos e entidades parceiras da Região Metropolitana.

Dentre tantas questões levantadas nesses três dias, destacamos a reflexão sobre a diversificação dos movimentos sociais organizados e mobilizados em diversos países do nosso continente: crianças e adolescentes, mulheres, negros, índios, gays e lésbicas, sem terra, desempregados, agricultor familiar, meio ambiente, etc. À primeira vista, essa diversidade pode parecer fragmentação. Porém a idéia de fragmentação traz consigo a idéia de que estamos esperando por uma transformação social que seja encabeçada por um sujeito coletivo.

Quando lutamos na América Latina contra as ditaduras militares, tivemos a impressão de que a transformação viria de um só golpe encabeçado pela cúpula dirigente dos movimentos ou de um partido. Porém, na luta contra o autoritarismo, percebemos a necessidade de transformação não só do sistema, mas também das ações e das visões de mundo dos movimentos sociais e suas lideranças. A partir dessa perspectiva, podemos perceber a diversificação dos movimentos como um avanço na construção de novas práticas sociais que transformam cotidianamente as relações sociais e incidem no processo de democratização da sociedade.

Não obstante, observamos a necessidade de os movimentos sociais estabelecerem maior diálogo entre si e construir coletivamente leituras do momento atual, dos processos históricos que o constituíram e das perspectivas de futuro. Que apontem para as transformações possíveis e necessárias, garantindo que haja unidade nos propósitos de transformação social, apesar da diversidade nas prioridades próprias de cada movimento. E a educação popular é um instrumento fundamental nesse processo de construção coletiva.

## Encontro avalia segundo módulo do Consórcio da Juventude

Ao final de cinco meses de curso, um "Encontrão" reuniu durante um dia inteiro, 26 de agosto, no Centro Social do Murialdo, alunos das 14 turmas com as quais o Camp trabalhou o temas da Organização Sustentável do Trabalho (OST), no programa Consórcio Social da Juventude, do governo federal. A idéia do encontro, segundo Márcia Ivana Falcão, coordenadora pedagógica, foi possibilitar que os alunos trocassem experiências sobre o que acabavam de viver e apresentar uns aos outros os resultados dessa vivência recente.



## Denúncias derrubam licitação do lixo. Nova concorrência ainda vai demorar

A megalicitação do lixo em Porto Alegre, que deveria contratar serviços no valor de R\$305 milhões ao longo de cinco anos, foi derrubada no começo de agosto por denúncias de graves irregularidades no processo, constatadas pela polícia e reconhecidas pela Justiça e pelo Tribunal de Contas do Estado. Desde lá, a prefeitura vem reunindo um Grupo de Trabalho com a incumbência de equacionar a questão no lixo na cidade e refazer a licitação, mas, depois de um mês de reuniões, nada tinha sido decidido, nem havia previsão de data para nova licitação. "Não estamos trabalhando com prazos", disse Roberto Bertoncini, da Secretaria Municipal da Fazenda, coordenador do núcleo formado por representantes do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), Secretaria Municipal do Meio Ambiente, da Governança Local e da Procuradoria-Geral do Município. Segundo ele, o trabalho do grupo é dimensionar e mapear o sistema lixo da capital. As licitações serão realizadas pela Central de Licitações (Celic), ligada à Secretaria Municipal da Fazenda.

O que o Grupo de Trabalho tem até agora, além da idéia já apresentada de implantação do projeto piloto (inicialmente, em alguns bairros) de um sistema de contêineres para o recolhimento do lixo domiciliar, são diretrizes gerais para a renovação do serviço. Uma delas é que as contratações sejam desmembradas em diversas licitações – ao contrário do concurso cancelado, que previa a concentração em apenas dois contratos com empresa ou consórcio de empresas. Outra recomendação, segundo Bertoncini, é que se leve em conta a participação das pessoas que hoje traba-

lham com o lixo reciclável, mas o grupo não definira nada até o final de agosto.

Enquanto o poder público move-se vagarosamente nesse terreno, a sociedade civil fica excluída da discussão de um dos problemas mais sérios da administração das cidades que é o recolhimento e a destinação do lixo. "O desafio é como engajar o conjunto da sociedade nesse projeto e promover sua interação com o governo", diz Pedro Figueiredo, integrante da ong Profetas da Ecologia, entidade criada nos anos 90 por frei Antônio Cecchin para organizar e promover os catadores de lixo. "Se existem catadores, a responsabilidade é da sociedade", afirma ele, que acha importante colaborar com o poder público na formação de políticas para carrinheiros trabalhando uniformizados e calçados, com espaço para destinar o lixo que recolhem, creche para os filhos e proteção social.

Para Leonardo Toss, educador do Camp e representante no Fórum Municipal Lixo e Cidadania, não se pode eximir o poder público da responsabilidade de dar solução ao problema. "Há muitos atores no campo dos resíduos, mas o papel principal é do gestor público", diz Toss, ressaltando também que os catadores têm que ter seu papel reconhecido. "O poder público tem que envolvê-los no sistema, criando condições para que trabalhem de forma confortável e segura". As políticas públicas deveriam dar conta também de proteger esses cidadãos, que são mais frágeis e dependentes, e que podem ser facilmente usados, até pelo crime. "O nó é investir em educação e organização dos catadores", afirma Toss.



## Polícia vai a São Paulo ouvir implicados na fraude

Uma agenda e documentos apreendidos pela delegada Patrícia Sanchotene Pacheco, da Delegacia Fazendária da Polícia Civil, materializaram a suspeita de irregularidades na preparação da licitação do lixo pelo DMLU. Com essa descoberta, a polícia revelou que uma das empresas concorrentes pagou as despesas de hospedagem em Porto Alegre de um consultor contratado pela Profill Engenharia e Ambiente, por sua vez contratada pela prefeitura para a elaboração do termo de referência da licitação. "Continuamos investigando a existência de fraude", disse a delegada, que em meados de setembro irá a São Paulo ouvir o consultor Fábio Pierdomenico e também representantes da Cavo, empresa ligada ao grupo Camargo Corrêa e que teria bancado as despesas. Segundo as investigações, esse consultor teria começado a trabalhar em Porto Alegre, em contato com o DMLU, antes ainda de a empresa ser contratada.

A suspensão da licitação foi anunciada pelo próprio DMLU no dia 23 de julho, um domingo, correndo na frente de uma decisão judicial que seria dada uma semana depois. Dois dias antes, na sexta-feira, dia 21, o vereador Carlos Todeschini, do PT, entrou na 5ª Vara da Fazenda Pública com uma Ação Popular contra o município de Porto Alegre, pedindo a suspensão da licitação. "Do jeito que estava sendo feita, a concorrência é uma falcatura sem precedentes contra a cidadania", protestou o vereador, apontando principalmente o aumento dos valores previstos para coleta e transporte do lixo (de R\$ 53,00 para R\$ 71,00 por tonelada) e a súbita redução em mais de R\$ 100 milhões no valor global da licitação, anunciado logo depois de conhecidas as irregularidades.

O juiz Pedro Luiz Pozza acolheu a ação no mesmo dia e uma semana mais tarde determinou a suspensão imediata da

concorrência pública e a retomada do processo "desde seu início, com abertura de prazo para a apresentação de propostas". Uma das observações do magistrado foi que as condições do edital tinham critérios subjetivos que restringiam a participação de um número maior de concorrentes. No começo de agosto, toda a direção do DMLU se demitiu. O diretor, Garipó Selistre da Silva, foi substituído por Mário Moncks, coronel da reserva da Brigada Militar.

Com base na decisão do juiz e nas investigações do TCE e da polícia, Todeschini pediu a abertura de uma CPI na Câmara de Vereadores para apuração das "irregularidades cometidas pelos agentes públicos que atuaram na concorrência". No pedido, ele alegou também que as empresas Cavo e Vega, ambas participantes da concorrência, foram contribuintes da campanha eleitoral do prefeito José Fogaça. Todeschini obteve os 12 votos necessários à aprovação do pedido, mas duas vereadoras – Maristela Meneghetti, do PFL, e Neuza Canabarro, do PDT – retiraram seus nomes, inviabilizando a abertura da investigação. "Eu não desisti", afirmou Todeschini. "Tenho prazo e vou obter os votos necessários".

A licitação vinha sendo investigada desde maio pela força-tarefa formada pela Polícia Civil e Ministério Público Especial do Tribunal de Contas do Estado. O procurador-geral substituto do TCE, Geraldo da Camino, afirmou à imprensa, na época, que o processo "está repleto de mistérios". Um dos mistérios, segundo ele, era o crescimento do valor dos serviços de coleta e destinação do lixo, sem justificativas. "Em tempos de contenção de despesas, é de se supor que fosse realizada uma modificação que tornasse mais barata a coleta de lixo", disse o procurador aos jornais.



# Desafios e propostas para o novo governador gaúcho

Ao sentar-se na cadeira estofada de seu gabinete, no andar superior do Palácio Piratini, o próximo governador sabe que terá sobre sua mesa, junto com o cargo, um pesadíssimo pacote de problemas. “Dois tipos de problemas”, enumera o economista José Antonio Fialho Alonso, da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado. “Um é o da crise das finanças públicas, que incidem diretamente sobre as ações do governo. E o outro é o da própria economia do Rio Grande do Sul, que hoje vem ficando para trás em relação aos demais estados brasileiros”.

Sobre o embrulho das finanças estaduais, Alonso lembra que há cerca de 30 anos o Estado vem convivendo com um déficit fiscal, cuja solução não pode mais ser postergada. “Uma solução definitiva só é possível a longo prazo”, acredita ele. “Antes de dois ou três anos não se colherão resultados mais significativos”. E outra: embora imprescindível, reduzir o déficit nas contas não resolve a dívida de longo prazo do Rio Grande ou o problema dos inativos, por exemplo.

Um dos mais respeitados economistas do Estado, Alonso sugere medidas que podem encaminhar soluções para alguns dos problemas. “Na questão dos inativos (aposentados) é quase impossível mexer com seus direitos adquiridos, mas talvez se possa criar um fundo previdenciário para os novos funcionários – um resultado para 25 ou 30 anos”. E é fundamental que estes recursos não sejam misturados ao dinheiro do Tesouro, para que se chegue a uma solução consistente.

**Dívida com a União** - A respeito da dívida com a União, Alonso considera a prestação de 18% da receita tributária líquida alta demais, retirando a capacidade de ação governamental no Estado. “Acho que o próximo governador já no ano que vem deve começar uma renegociação desse contrato, que é de 30 anos. Já se passaram oito anos deste prazo, e acho que até começar a vigorar um novo acerto, teríamos mais uns dois anos, ficando faltando ainda uns 20. Nesta situação, o ideal seria ampliarmos o prazo, repactuar os indexadores e renegociar de modo a pagar à União não mais que 8 a 10% da receita tributária líquida”, diz.

Neste novo cenário, o Estado ganharia um gás maior para investir. Mas Alonso alerta: “Estes recursos têm que ser condicionados para fins específicos,

como saúde, infra-estrutura, rede educacional”. Aqui, aliás, o economista da FEE faz um parêntese: “Os governantes precisam se convencer que investir em educação é fator fundamental para o desenvolvimento”, acentua. “Esta para mim deve ser uma cruzada permanente das administrações públicas”.

Outras medidas que ele sugere para o enfrentamento da crise das finanças públicas passam por melhorias na qualidade do gasto, como a racionalização da gestão e a não reposição integral do número de funcionários estaduais que se aposentam; o estabelecimento de tetos salariais (“mesmo que o governo tenha que forçar uma queda de braço com o Judiciário”, lembra Alonso); repensar a utilização do Fundopen, redirecionando

o economista mostra que é hora do governo intervir: “Seca sempre houve no nosso estado. Mas este problema pode ser amenizado com planejamento do uso dos recursos hídricos, de maneira mais racional, pois há um uso excessivo da água em algumas lavouras, como a do arroz”. Para Alonso, o próximo governo faria bem ao investir pesadamente na defesa dos mananciais e em um grande plano de irrigação. “Este hoje é um problema mundial, e nós ainda não começamos a enfrentá-lo de maneira concreta”, critica.

Sobre as dificuldades trazidas pela taxa cambial, com a elevação do valor do real e conseqüente perda de competitividade nas exportações, novamente Alonso recorda que outros estados exportadores também são afetados por este fator, sem terem



os investimentos, e ainda lutar contra a guerra fiscal. E assim como o Governo Olívio Dutra tentou durante sua gestão, ele acredita que hoje em dia há maturidade política para que o governador eleito em primeiro de outubro possa aprovar uma nova matriz tributária no Estado.

**Economia do Rio Grande** - “Há muita choradeira dos grandes produtores com a estiagem”, diz José Antonio Alonso, com ironia. Ele reconhece as perdas trazidas ao Rio Grande do Sul com as estiagens de 2003-2004 e 2004-2005. “Mas não é só no Rio Grande que existe seca e mesmo assim os outros estados tiveram melhor desempenho, como o Mato Grosso ou o Paraná, por exemplo”. Com isso, o

apresentado resultados tão negativos como a economia gaúcha. “O Rio Grande do Sul tem vantagens, como uma estrutura econômica diversificada, e nossa indústria de transformação só é menor do que a de São Paulo”, compara. “O que precisamos hoje é estímulo à indústria. As pequenas e médias empresas, por exemplo, nunca tiveram uma política constante e bem calibrada, com disponibilização de tecnologia, com a organização de feiras e outras formas de incentivo”, opina.

Ele mostra-se favorável ao fortalecimento das vocações econômicas tradicionais das regiões – como móveis e calçados. Porém, acredita que é hora de buscar novas vocações. “A agricultura é um setor que precisa de

um programa de diversificação, para não depender tanto de **commodities** como soja ou arroz”, afirma. “A região da Campanha nunca havia tido fruticultura, mas hoje Bagé e Livramento são regiões vitivinícolas. É um processo lento, mas que já está dando ótimos frutos, com a injeção de investimentos e tecnologia da França, da Itália e, daqui mesmo, da Serra Gaúcha”.

Nesta mesma linha, o estudioso reforça a necessidade de maiores aportes de investimentos e tecnologia para a agricultura familiar, objetivando agregar valor aos seus produtos (afinal, pesquisa em andamento pela USP, a pedido do Ministério Desenvolvimento Agrário, já mostrou que a agricultura familiar é responsável por 27% do PIB do Rio Grande, contra 23% da agricultura patronal). Na opinião do economista da FEE, este fortalecimento, que gera um desenvolvimento mais espalhado e melhor renda aos pequenos agricultores, não deve ser relegado à dinâmica do mercado, e sim receber aporte dos governos.

**Revitalização urbana** – Por último, José Antonio Alonso recomenda que o próximo governo do Rio Grande do Sul crie um programa de revitalização urbana. “As cidades são os locais onde existe o maior acúmulo das riquezas que a sociedade pode gerar – material, cultural, artística, social, tecnológica e cientificamente”, diz. Melhorar a qualidade das cidades gaúchas é principalmente tarefa dos prefeitos, mas ele lembra que até o dia 31 de outubro o Estatuto das Cidades, com status de lei federal, obriga todos os municípios com mais de 20 mil habitantes a ter seu plano diretor.

“Temos um trunfo no Rio Grande do Sul em relação a outros estados, pois nossa rede de cidades é bem distribuída

## os desafios

pelo território. Pólos regionais com qualificação e universidades também têm retido populações que antes vinham para a Região Metropolitana, sobrecarregando os serviços urbanos e reduzindo a qualidade de vida. As cidades representam um outro aspecto do desenvolvimento econômico”, aponta. “É preciso ter um ambiente atrativo para investimentos e para pessoal qualificado, o que gera um crescimento saudável”. Ele reforça, como um professor que sabe a lição principal a ser assimilada pela turma: “Esta é uma tarefa dos governos - não se deve deixar tudo por conta do mercado”.

**Trabalhadores sem trabalho** – O mercado, de fato, não tem dado conta dos desafios que o Rio Grande enfrenta. O economista Ricardo Franzói, supervisor-regional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE-RS), exemplifica a crise de crescimento do Estado com um comparativo. “Historicamente, a taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre era a menor entre outras cinco com características similares – São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Distrito Federal. Desde 2005, porém, fomos superados por Belo Horizonte”.

Nosso estado também perdeu para Minas Gerais o posto de segundo estado com maior nível de exportação. A partir de junho último nossas vendas para outros países ficaram em 9,08% do total exportado pelo Brasil, enquanto Minas firmou-se na vice-liderança, com 12,48%, abaixo apenas de São Paulo, com nada menos que 35,51%. “O desempenho da economia do Rio Grande do Sul está sofrível”, diagnostica Franzói. “Há problemas conjunturais como a seca, que todos apontam, e também um problema fiscal”.

Segundo ele, o governo de Germano Rigotto comprometeu-se com uma política de benefícios para grandes empresas. “Ele continua apostando nisso, mais uma vez voltando-se para o mercado exportador, como é o caso destas corporações que chegam com vantagens fiscais, como a Nestlé ou as grandes reflorestadoras na Metade Sul”. Para Franzói, esta ênfase – além de sofrer os riscos da conjuntura internacional e dos problemas cambiais – do ponto de vista dos trabalhadores não traz grandes vantagens.

“Os empregos a serem gerados com as reflorestadoras são poucos, comparativamente a outras possibilidades, e de baixa qualidade, com salários insuficientes”. Em sua análise, a iniciativa pode gerar ainda maior êxodo rural – a partir da concentração de imensas extensões de terras nas mãos de poucas empresas -, novo inchaço na periferia

das cidades maiores e problemas de sustentação ambiental em toda a Metade Sul.

O fato é que a renda per capita no Rio Grande do Sul está estagnada, afirma o economista do DIEESE. “O piso regional é superior ao salário mínimo nacional, mas não há política do governo estadual no sentido de valorizá-lo ou fazer com que as empresas o utilizem (ele só é obrigatório nos casos em que não há acordo coletivo)”, diz. “Esta seria uma maneira de aumentar a divisão de renda, como foi feito durante o governo Olívio”, recorda.

**Distribuição de renda** - Ele lamenta que o Rio Grande do Sul não tenha mantido ou ampliado uma política voltada à distribuição de renda e melhoria salarial. O piso salarial instituído em 2001, logo após iniciativa semelhante do Rio de Janeiro, era o mais alto do País. Enquanto o mínimo nacional era de R\$ 180,00, o gaúcho situava-se entre R\$230,00 e R\$ 250,00, numa divisão em quatro faixas.

“É muito importante criar uma política de qualificação da mão-de-obra, para setores estratégicos do Rio Grande, como a indústria moveleira, calçados, vinho, alimentação, vestuário”, prega Franzói, lembrando que isso gera melhor remuneração dos trabalhadores e produtos mais valorizados para a empresa.

“Em 2004, quando fez um inverno rigoroso, a indústria de confecção precisou aumentar sua produção e foi procurar costureiras”, cita ele. “E foi quase impossível preencher as vagas que se abriram, pois muita gente não tinha a qualificação necessária e as mais categorizadas ou já estavam empregadas ou criaram cooperativas e outras formas de sobrevivência, para não dependerem de um emprego instável. Este foi um caso clássico de falta de qualificação de mão-de-obra, por um lado, e de falta de planejamento da indústria, de outro”.

**Setores tradicionais** - Além da questão salarial, Ricardo Franzói recomenda para o próximo governo o reforço em setores tradicionais da economia gaúcha, como as pequenas e médias empresas e as agroindústrias familiares, com cadeias produtivas voltadas principalmente para o mercado interno. “Estas indústrias, ao crescerem, geram mais empregos no local e incentivam novos serviços e fornecedores na região, ao contrário do que acontece numa indústria como a automobilística, por exemplo, em que cada fabricante ou fornecedor pode ficar num estado ou país diferente”, esclarece.

Em última análise, tanto o economista do DIEESE e quanto o da Fundação de

Economia e Estatística, concordam: “Toda e qualquer iniciativa para o desenvolvimento do Rio Grande tem que ter como centro a questão da inclusão social”, reforça José Antonio Alonso. “Não basta gerar empregos. É preciso gerar

bons empregos e que também o pequeno produtor rural e o pequeno empreendedor possam aumentar seu rendimento. Esta é à base de um desenvolvimento realmente harmônico para nosso Estado”, diz Franzói.

## Um outro Rio Grande é possível e necessário

Também a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT-RS) elaboraram um projeto que pode ajudar o próximo governo gaúcho na definição de uma agenda mínima de recuperação do Estado, a partir do ponto de vista dos trabalhadores. A plataforma de ação – com o título “Um outro Rio Grande é possível e necessário” – foi lançada no último dia 22 de agosto, na sede da CUT em Porto Alegre, e reuniu centenas de representantes de entidades, ong's, estudantes, movimentos sociais, sindicatos e federações de trabalhadores. Confira abaixo, de forma resumida, alguns de seus pontos principais:

**1. Fortalecimento das Finanças Públicas** - Combate à renúncia fiscal e o fim da guerra fiscal. Revisão dos benefícios fiscais já concedidos e combate sistemático à sonegação tributária.

**2. Recuperação do papel do Estado como indutor do desenvolvimento** – A supressão ou redução do estado público, defendida e praticada pelas administrações neoliberais, visa privatizar o estado (...). A ação do estado deve voltar-se para o crescimento dos sistemas locais de produção; apoiar pequenas e médias empresas; fortalecer e qualificar a agricultura familiar; integrar o desenvolvimento regional com a elevação dos gastos públicos nas áreas sociais.

**3. Geração de emprego, renda e valorização do salário** – Priorizar os setores geradores de emprego, empregando instrumentos de política pública; redução da jornada de trabalho sem redução de salários; implementar política de valorização do salário mínimo nacional como forma de intensificar a distribuição de renda no país, valorizando o conceito da CUT de “salário mínimo necessário” (...).

**4. Agricultura** – Incentivos à agricultura familiar, através de políticas públicas; realização de uma ampla e massiva reforma agrária, com apoio técnico e financiamento à agroindústria cooperativada e à pequena propriedade.

**5. Democratização da gestão do Estado com participação popular** – Através do orçamento participativo; da realização de plebiscitos e referendos populares; e dos conselhos estadual e regional de Desenvolvimento.

**6. Qualificação e profissionalização dos serviços e servidores públicos** – Implantação de planos de carreira, com isonomia salarial; negociação coletiva no serviço público; garantia de ingresso por concurso público; fortalecimento do IPE-Saúde e de regime próprio de Previdência Social com gestão paritária entre estado e servidores.

**7. Educação, saúde e segurança** – Educação pública gratuita e de qualidade, com universalização do acesso (...); segurança tratada como política pública, envolvendo todos os segmentos sociais; políticas e ações que recuperem a cultura da paz, com combate à corrupção e violência policial; combate à política de criminalização dos movimentos sociais vigente no governo Rigotto.

**8. Reforma urbana** – A propriedade tem que cumprir função social; implementação de Fundo e Sistema Estadual de Moradia de Interesse Social; programas massivos de habitação para famílias com renda de até três salários mínimos; ação efetiva do Estado na implementação do Estatuto das Cidades; política de regularização fundiária; articulação do Bannisul como agente financeiro junto com a Caixa Federal; desenvolvimento de alternativas tecnológicas na construção de cidades socialmente justas, democráticas e sustentáveis.

**9. Políticas de Gênero** – Construção de políticas públicas que enfrentem o preconceito e a discriminação.

**10. Políticas Raciais** – Que o estado do RS fortaleça políticas de transversalidade nos diversos setores do governo que trabalham com programas sociais, com ênfase na promoção da igualdade racial.

# Constantina ensina o caminho do desenvolvimento rural sustentável



**Laboratório de iniciativas** - “Constantina está de cinco a dez anos na frente de outros municípios com perfil produtivo semelhante”, garante Lovois. “Não é exagero considerar esta cidade um laboratório de iniciativas solidárias”, diz. Tanto assim que o município da Produção foi um dos dez selecionados pelo PGDR para receber o Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, programa de ensino à distância do Ministério da Educação. As aulas começam em março de 2007 e se estenderão por três anos. Os outros municípios gaúchos que receberão este ensino são Três Passos, Cruz Alta, Gravataí, São Lourenço do Sul, Balneário Pinhal, Camargo, Arroio dos Ratos, São Francisco de Paula e Santo Antonio da Patrulha.

O curso contempla exatamente a grande carência hoje percebida em Constantina – a falta de maior qualificação de técnicos e agricultores. “Até agora eles trilharam o caminho do desenvolvimento sustentável só com as próprias pernas. Mas hoje a comunidade de Constantina reconhece que precisa mais formação e capacitação para manter e desenvolver o que já conquistaram”, completa Lovois.

**Renda per capita** - E o que conquistaram não foi pouco. Esta terra dobrada, não propícia à agricultura extensiva e retalhada em 1.100 pequenas propriedades de 12,5

hectares, em média, que em 2000 tinha uma renda per capita de R\$ 4.414,00, em 2004 já registrava renda per capita de R\$ 10.276,00 – um aumento de nada menos que 132,8%. “Hoje temos 100% das crianças de seis a 14 anos na escola, todo o município é coberto pelo Programa Saúde da Família e 98% das casas possuem água potável e energia elétrica”, afirma com orgulho o prefeito Francisco Frizzo (PT). Técnico da Emater natural de Humaitá, estabelecido desde 1990 em Constantina, Frizzo credita o invejável desempenho do município a dois fatores principais:

“Um foi à conscientização da população da necessidade de mudar a matriz produtiva, abandonando a monocultura e apostando na diversidade, com a implantação de várias agroindústrias e investimentos na atividade leiteira, na suinocultura, citricultura, viticultura e hortigranjeira”, diz ele. “Outro fator fundamental é a assistência técnica: temos seis técnicos na Secretaria da Agricultura, sempre atuando em parceria com a Emater. O objetivo sempre é obter o maior retorno econômico por área de terra, preservando o meio ambiente e dando melhor qualidade de vida às famílias”, informa o prefeito.

**Força da parceria** - Ele sintetiza a energia que vem mobilizando Constantina com o slogan da Prefeitura – “A Força da Parceria”. Isso tem funcionando muito bem na prática:

“Atuamos com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com duas cooperativas de crédito, duas de produção, uma cooperativa de agroindústrias, agentes financeiros e comunidade”, enumera. Com isso, programas e projetos municipais, estaduais e federais são dinamizados e integrados.

Um programa que Frizzo gosta de citar é o da Compra Antecipada com Doação Simultânea de Alimentos. Iniciativa conjunta da Prefeitura com entidades locais, em convênio efetivado entre a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab-RS) e uma das cooperativas locais de produção, reúne 250 agricultores familiares, que produzem 22 tipos produtos. “Este produtos formam uma cesta de alimentos distribuída quinzenalmente a 300 famílias carentes, selecionados por um comitê gestor”, explica o prefeito.

Mas os bons índices de qualidade de vida e desenvolvimento do município não surgiram do nada. O diretor de Políticas de Finanças e Gestão da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), Vilson Alba, *revela que* este processo teve um início bem definido. “Esta história teve seu *começo* nos anos 80, quando a partir da Pastoral Rural organizamos uma oposição sindical. E em 1985 finalmente conquistamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, que até então era mais assistencialista”, relembra ele.

**Eixos principais** - Os jovens que assumiram a entidade, eles mesmos oriundos de famílias de pequenos agricultores, resolveram atuar em três eixos principais. “Reforçamos o acompanhamento técnico das atividades; investimos em projetos de saúde e, para complementar, passamos a atuar fortemente na defesa dos agricultores, com mobilizações em busca de crédito, melhores preços, numa linha mais combativa”.

Na área da produção, o Sindicato ajudou a formar 21 associações de agricultores nas diferentes comunidades. Deste debatem surgiu a Cooperativa de Produtores Agropecuários de Constantina Ltda. – a Coopaac. “Esta cooperativa foi muito importante porque organizou o pessoal. Os produtores de leite, por exemplo, estavam ficando excluídos, porque a CGL só recolhia de quem produzisse mais de 50 litros por dia”, explica. A própria Coopaac passou a fazer o recolhimento, a partir de 1993, beneficiando os produtores menores. Um grande sucesso: hoje a Coopaac tem marca própria, industrializa o leite em Taquara e o comercializa na Grande Porto Alegre. “Temos uma produção de 1,3 milhão de litros ao mês, recolhidos de quase mil produtores de Constantina

## Quadro de Informações

### Município de Constantina

**Localização:** Região da Produção, Norte do RS

**Fundação:** 1959

**Altitude:** 501 m

**População:** 11.177 habitantes

**Área Total:** 278,5 quilômetros quadrados

**Densidade demográfica:** 40,13hab/km

**Formação étnica:** 80% são descendentes de italianos; 10% de alemães; 2% de poloneses; 8% de outras etnias.

## a solidariedade

e também de alguns municípios vizinhos”, conta Alba.

Saúde? O Sindicato dos Trabalhadores Rurais passou a participar da administração do Hospital São Rafael, ampliando o atendimento. “A partir de 2001 formamos a Associação Comunitária Regional Hospitalar, a Acros, e compramos um hospital”, narra o diretor da Fetraf-Sul. “Hoje ele é o único do município e atende a todos”.

**Cooperativa de crédito** - Na linha das mobilizações e debates sobre crédito diferenciado – enfatizada com o Departamento Rural da CUT –, em 1997 foi dado outro passo importante para a construção do processo que hoje chama a atenção sobre Constantina. Os militantes criaram a primeira Cooperativa de Interação Solidária de Constantina (Cresol). “Foi à maneira que encontramos para reduzir a exclusão que os pequenos produtores tinham na hora de receber créditos no sistema bancário”, ensina Alba. Mais um investimento que deu muito certo – hoje a Cresol tem cerca de 1.700 associados em seu sistema, que funciona em várias localidades do Rio Grande e de Santa Catarina.

No entanto, tornava-se claro que ainda faltava conquistar um outro espaço de poder e decisão, para de fato ampliar as conquistas e os benefícios para a maioria da população. “Como através do Sindicato, da Coopaac, do Hospital e do Cresol já tínhamos demonstrado seriedade e capacidade, isso foi nos dando espaço junto à comunidade, que no início era mais conservadora”, analisa Wilson Alba. Assim, em 2000 o grupo chegou à Prefeitura de Constantina, numa coligação encabeçada pelo PT (com o PMDB e o PDT), cujo prefeito Francisco Frizzo foi reeleito em 2004.

**Salto de qualidade** - A partir daí, conforme Alba, a cidade deu um salto de qualidade, com mais facilidade de debate e direcionamento de políticas que hoje fazem toda a diferença. Para ele, em Constantina as entidades mantêm sua autonomia em relação ao poder público, mas também um forte sentimento de parceria. “Fizemos um grande debate sobre estratégias para o desenvolvimento local”, relata. O diretor da Fetraf-Sul observa três pilares de sustentação atual do processo. “Um é a diversificação da produção, pois antes era muito baseado em trigo, soja e milho. Hoje a ênfase é no leite, na

fruticultura e temos dez pequenas agroindústrias no município, que produzem sucos, açúcar mascavo, queijos, cachaça e com selo próprio”.

Junto à diversificação, há o crédito para a agricultura familiar, incentivado no estado ainda no governo Olívio Dutra e depois em nível federal, com recursos do Pronaf tanto para custeio quanto para investimentos. “E o terceiro ponto que eu vejo como importante aqui foi o próprio processo de organização dos agricultores familiares, que traz uma consciência de cidadania para o produtor, que reinveste na sua auto-estima”, avalia Alba.

A questão da auto-estima e da cidadania é especialmente trabalhada pelo Coletivo de Mulheres, criado em 2002 através da mobilização das associadas do Sindicato, da Cresol e da Coopaac. Quem informa é uma das coordenadoras do Coletivo, a professora Cleuza Tomazelli. “Hoje trabalhamos em todo o interior do município, com mais ou menos 60 mulheres, que são lideranças em suas comunidades”. Também neste caso há parcerias com a Prefeitura local. “Mas temos um viés diferente dos clubes de mães, por exemplo”, rebate ela. “Não damos tanta ênfase para os cursos de crochê e artesanato e sim para a participação das mulheres no movimento, com consciência e mobilização”, prega Cleuza.

Ela conta que nas manifestações de agricultores, as mulheres já são 40%

dos participantes – bem ao contrário do que ocorria antes na região. Mas o Coletivo também vem tentando incluir em suas lutas as mulheres do meio urbano, com atividades de alimentação alternativa (produtos orgânicos), ervas medicinais, palestras sobre gênero, auto-estima, direitos previdenciários. Seu próximo desafio, agora, é buscar recursos para criar cursos de formação de *mão-de-obra* feminina para atividades específicas de mulheres nas agroindústrias familiares, como panificação, conservas e embutidos, visando agregar valor à produção própria e incentivar o protagonismo das mulheres.

### Presença forte dos jovens

“Uma das coisas que chama a atenção hoje em Constantina é a grande presença de jovens vivendo no meio rural, tanto homens quanto mulheres”, diz o educador popular Cleidir Magri, do *Centro de Educação e Assessoramento Popular* (Ceap), de Passo Fundo, que fez um diagnóstico econômico e social dos municípios da região da Produção. Para ele, a fixação dos jovens em seus locais de origem se deve exatamente ao bom retorno financeiro e de qualidade de vida que as mudanças ocorridas no município trouxeram para a agricultura familiar.

“A diversificação e as novas iniciativas precisam de mão-de-obra, e eles são motivados a ficarem em suas propriedades ajudando a agregar valor aos seus produtos”. Magri também

aponta o projeto Terra Solidária, da Fetraf-Sul e CUT, que trabalha basicamente com jovens agricultores e dialoga sobre seu papel social, econômico e demais interesses, incentivando-os a permanecerem numa atividade que na região já garante boa qualidade de vida e boas perspectivas de futuro.

**Novos desafios** - Seja como for, para manter os bons níveis alcançados e dar sustentabilidade ao processo local, “é preciso pensar ações para os próximos dez anos”, defende Wilson Alba, da Cotraf-Sul. “Nosso desafio é proteger o meio ambiente e as águas; ampliar as ações de saúde e na produção avançar mais, especialmente na industrialização e comercialização”.

Esta, aliás, umas das áreas em que a agricultura familiar obteve uma vitória recente, com a legislação que criou o SIM – Serviço de Inspeção Municipal. Com isso, as pequenas agroindústrias ampliaram sua ação de comercialização dentro de cada município. “Mas agora o desafio é conquistar o direito de vender seus produtos com certificação também em outros municípios e regiões”, informa o professor Lovois de Andrade Miguel, da Ufrgs. “E são essas mudanças que estão assustando os grandes frigoríficos e empresas de alimentação, com outros produtos de qualidade das agroindústrias familiares chegando para competir, com melhores preços. E Constantina já vem trilhando este caminho”.





## Seminário Internacional discute o papel da Cooperação Internacional no Brasil

A Plataforma de Articulação e Diálogo (PAD) realizará nos dias 20, 21 e 22 de novembro, em Salvador, o seminário a Cooperação Internacional e os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca) no Brasil. O objetivo é pautar com as agências de cooperação ecumênicas - ICCO, Christian Aid, EED, Pão para o Mundo, Solidariedade e Igrejas da Noruega - qual é sua contribuição na exigibilidade dos direitos no Brasil. Dentro deste seminário a Região Sul que articula no PAD os três estados do sul do Brasil terá a oportunidade de pautar sua situação específica, já que é a região que mais está sofrendo

com a diminuição dos financiamentos internacionais.

Para articular esta intervenção foi realizada em Passo Fundo uma oficina preparatória com a participação de vários movimentos sociais, entidades ecumênicas e ONGs onde foram apontados os principais conflitos da região que estão sendo enfrentados pelo campo popular - ver box - e quais os principais prejuízos em relação à saída da cooperação internacional da região. Será apresentado no Seminário um Mapa das Desigualdades da Região Sul, justamente demonstrando que nesta região onde há ilhas de desenvolvimento, há também muita miséria e exclusão.

## Principais Conflitos da Região Sul

**Mídia, educação e ideologia** - demonstrar o domínio das empresas de comunicação na construção da hegemonia do capital e de seus propósitos.

**Agronegócio versus agroecologia** - demonstrar os efeitos que o agronegócio através da monocultura da soja, do fumo e do eucalipto produz na estrutura produtiva regional. Dependência dos agricultores e a perda da soberania alimentar, política e cultural.

**Modelo Energético e hidronegócio** - demonstrar os efeitos sobre o meio ambiente e as populações rurais em função do modelo energético de construções de barragens, as consequências da destruição das estruturas culturais e produtivas e o desenraizamento das famílias do campo. Como pano de fundo apresentar os lucros das empresas que produzem o megawatt por R\$ 52,00 e vende aos trabalhadores por R\$ 502,00.

**Modelo de Gestão Pública** - demonstrar como as políticas públicas dos estados regionais e do estado brasileiro privatizam os serviços públicos - saúde, educação e habitação -

onde os setores da classe média sustentam grandes empresas fornecedoras destes serviços com apoio e recursos públicos e não há uma política de acesso aos trabalhadores rurais e urbanos. Apontar sobre a péssima qualidade destes serviços para os setores que não podem pagar pelo acesso privado.

**Precarização das condições e relações de trabalho** - apresentar que o projeto em execução elimina postos de trabalho em todas as áreas - no campo e na cidade - precarizando todas as condições de trabalho o que pode ser observado com o grande número de trabalhadores informais, catadores de rua, camelos, trabalhadores da cana e de jovens em situação de desemprego. A maioria das empresas se estabelecem na região com enormes subsídios públicos e não geram trabalho nem contribuem para qualificar as condições e relações de trabalho. Há uma nova realidade no campo, onde os jovens continuam morando na área rural e sendo explorados no meio urbano.

## A identidade

Quando se fala em cidadania, justiça social, reforma agrária, democratização, diversidade, economia solidária, outro mundo possível você pode contar com a CASANOVA FILMES.

## A qualidade

Também temos muito a ver com o conceito de competência técnica, de alta qualificação na produção, captação e finalização de imagens para os mais diversos objetivos: filmes institucionais, publicidade, reportagens, produção de conteúdo em ficção, documentários e programas para televisão. Um padrão de qualidade profissional atestado através de tantos prêmios recebidos.

**Casnova** FILMES

Rua Corrêa Lima, 725 - CEP 90850-250 - Porto Alegre/RS  
Fone/fax (51) 3231.6444 - www.casanovafilmes.com.br  
casanova@casanovafilmes.com.br

# Deserto verde: a monocultura do eucalipto produzindo miséria

O espaço completamente lotado do Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), no dia 16 de agosto, demonstrou com força a existência de um movimento amplo contra o avanço da monocultura do eucalipto, como está acontecendo hoje na Metade Sul do RS, e da invasão da indústria da celulose no Brasil e em países vizinhos. Promovido pela Via Campesina do RS, organizações civis – entre as quais o Camp- , sindicatos, movimentos sociais e instituições de pesquisa, o seminário “Deserto Verde: os impactos da monocultura do eucalipto para os povos” reuniu durante todo o dia debatedores que criticaram as repercussões desastrosas sobre o meio ambiente, a economia e a cultura local e apontaram alternativas de resistência contra esse avanço.

“A propriedade rural não pode ser usada para destruir a natureza e produzir miséria”, disse o procurador da República Domingos Sávio da Silveira, professor da Faculdade de Direito da Ufrgs. Segundo ele, a expansão das florestas exóticas no pampa significa uma violência contra a natureza, capaz de produzir um “deserto de empregos, o crescimento da miséria e da fome, o inchaço das

idades e a opressão”. Sávio disse que os jovens procuradores do Ministério Público Federal de Porto Alegre estão se valendo de dispositivos constitucionais para conter o avanço de empresas como a Votorantin, a Aracruz Celulose e a Stora Enso, que já compraram juntas 200 mil hectares na Metade Sul. Por isto, os cartórios suspenderam as transferências de imóveis para empresas estrangeiras, sob o argumento de que, por se tratar de áreas de fronteira (“A parada é federal”, diz Sávio), essa aquisição só pode ser feita com a concordância do Conselho de Defesa Nacional, depois de ouvidos o Incra, o Ibama e a Funai. Por essa razão também, os procuradores federais não assinaram o Termo de Ajuste de Conduta entre o Ministério Público Estadual e a Fepam, que flexibiliza as exigências quanto ao plantio dessas florestas. Nessas regiões, está havendo ações judiciais contra os plantios sem licenciamento. Os procuradores atuam também contra a concessão de recursos do BNDES a empreendimentos “que produzem fome”. “Não é possível que nós, que geramos impostos, tenhamos que pagar ao nosso algoz”. No final da palestra, ele afirmou:



“Precisamos assentar gente e não eucaliptos”.

Para a professora Dirce Suerregaray, da pós-graduação em Geografia da Ufrgs, há questões sérias envolvendo os novos empreendimentos florestais. Além da apropriação territorial de áreas de fronteira por estrangeiros – questão de soberania nacional – há a questão que afeta o trabalho. “Os empreendimentos acenam com números significativos de empregos, mas na prática é muito menos. O plantio é

esporádico e o trabalho é periódico e não seqüencial. O vazio demográfico aumenta”, diz ela, observando também que o pampa é à base da cultura do gaúcho. “A cultura se transforma ao longo do tempo com as transformações do espaço físico”, diz a professora. “Mas mudanças econômicas impostas de forma radical e rápida desestruturam a cultura e promovem perdas irreparáveis”. Outro palestrante, o biólogo Francisco Milanez, conselheiro da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) disse que os riscos são os efeitos sobre o meio ambiente da metade sul. “Deserto verde não é força de expressão”, assegurou. “Animais não entram em florestas de eucalipto”. O pampa é um bioma desenvolvido pela natureza ao longo do tempo, num delicado equilíbrio que inclui espécies vegetais e animais e água, que está agora sob ameaça de perdas. “Estudos sobre eucalipto indicam que qualquer cultura arbórea em bioma não arbóreo sobreexigem o sistema hídrico”, alertou. “A máxima genialidade é usar o ambiente como ele é, com sua capacidade de suporte”, finalizou.

O seminário teve a participação do grupo teatral Oi nós aqui traveiz, além de depoimentos de integrantes de comunidades que vivem o impacto do deserto verde.



# Para além de assistir: financiando o desenvolvimento socioeconômico popular



Implementar políticas que transcendam ações substantivamente assistências apresenta-se, na atual conjuntura, como um grande desafio aos gestores públicos e da sociedade civil.

Há, reconhecidamente, ações governamentais nesta direção, como atestam o programa “Bolsa Família”, o apoio às iniciativas econômicas populares solidárias e a significativa ampliação do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF.

Igualmente salutares são os esforços no que concerne à questão do crédito popular: o programa de popularização do crédito bancário (bancaização), o crédito consignado em folha de pagamento, o fomento ao cooperativismo de crédito e, mais recentemente, o programa de microcrédito (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO).

Inequivoca, todavia, a constatação de que essas modalidades não conseguem atingir aqueles que se situam fora das dinâmicas convencionais de mercado: os empobrecidos que, cada vez mais, não dispõem de alternativas outras que não sejam os recursos recebidos dos programas oficiais de transferência de renda.

Se as reais possibilidades de consolidar atividades de geração de renda e sustento para este segmento já

são por demais restritas, a ausência de uma política eficiente, contínua e expressiva de financiamento às iniciativas populares, tornam-nas inviáveis.

Por outro lado, tais iniciativas, em sua maioria, se realizam em locais de incipiente dinâmica socioeconômica e, assim, há que se pensar em políticas especificamente voltadas a esses contingentes o que necessariamente as diferenciam daquelas com foco no mercado, i.é., encontra-se muito pouca eficácia naquelas ações que têm como fulcro o fomento ao que se convencionou denominar “empreendedorismo”: é equivocado se pensar que o pequeno produtor subsista à competição de mercado firmando-se como um pequeno empresário tradicional.

As tênues dinâmicas locais decididamente não favorecem a consolidação das iniciativas econômicas populares e, deste modo, políticas voltadas a este mister necessitam dedicar particular atenção a este aspecto. Destarte, as atividades econômicas populares de geração de trabalho e renda requerem um conjunto integrado de ações que vão desde a organização das famílias em associações, cooperativas ou outras formas trabalho coletivo, passa por ações de educação – para o crédito, para o consumo, para a produção etc. –,

treinamento e habilitação para o gerenciamento de suas atividades, apoio à estrutura de comercialização adequada e, por fim, convergem em ações apropriadas de crédito.

É importante que se tenha em conta o fato de que o Estado tem que se fazer intensamente presente para se lograr resultados promissores; nenhum segmento econômico deste país conseguiu se viabilizar como atividade razoavelmente sustentada sem o decisivo apoio e subsídios do governo, vale dizer, da sociedade em geral, e não será a economia popular a regra.

O poder público, no mais das vezes, tem prescindido do concurso dos esforços da própria população na implementação de suas políticas. Soa estranho, pois se sabe da imensa capacidade que as pessoas empobrecidas têm em arquitetar estratégias de sobrevivências. Além do mais, políticas que se pretendam não paternalistas e, assim, tragam na substância de suas ações um projeto emancipatório, deve, necessariamente, possibilitar e estimular a participação desses atores em cada uma das fases de sua implementação; esta é a condição *sine qua non* para a consolidação de uma política de cunho estrutural, contraponto às habituais políticas assistências.

O Programa por 1 Milhão de Cisternas – P1MC, de iniciativa da sociedade civil (ASA Brasil), ora em desenvolvimento no semi-árido brasileiro, aponta na direção proposta acima. Trata-se de um programa cujo corte essencial reside na educação para a convivência com a escassez de recursos hídricos, tendo como produto final à construção de cisternas de placas que armazenam água das chuvas nas residências familiares e se destinam a fazer frente ao período de estiagem. Tal programa, executado por meio de uma parceria firmada entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a ASA-Brasil (sociedade civil), mas que conta, também, com recursos da Associação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), envolveu, desde os seus primórdios, as famílias empobrecidas da região, tanto na formulação, no processo educativo de manejo dos recursos hídricos, na produção das placas de concreto e – mais importante – na organização das comunidades para, em mutirão, executar as atividades pertinentes. Tem-se, portanto, a *expertise* popular presente em sua formulação e que não se encerra quando da entrega das cisternas: prolonga-se em processos organizativos / educativos ao longo do tempo, decisivos à vida comunitária.

## o financiamento

Um outro exemplo de aproveitamento da sabedoria popular que não coincide com o programa de cisternas e com o mesmo não se confunde, mas que ganhou uma significativa dimensão com a implantação daquelas, são os Fundos Rotativos Solidários – FRS's.

Trata-se de uma prática muito antiga de solidarismo entre os empobrecidos que, a partir de pouquíssimos recursos, constituem uma forma de poupança coletiva voltada ao atendimento de necessidades fundamentais das famílias. Afora o aspecto por excelência de autofinanciamento, constituindo-se, assim, na mais viva expressão das finanças solidárias, destaca-se, sobretudo, pela inequívoca manifestação da capacidade organizativa e autogestionária popular e que não pode ser ignorada pela gestão pública e democrática do Estado em sua atual fase de amadurecimento. É, deste modo, uma política pública não-governamental.

Nos estados da Paraíba e da Bahia, esta rica e exemplar experiência de finanças solidárias, os Fundos Rotativos Solidários (FRS's), formam-se a partir da contribuição financeira espontânea das comunidades, com vistas a possibilitar que outras famílias tenham acesso a bens importantes para a melhoria de suas condições de vida. Existem aproximadamente 2.000 unidades distribuídos por cerca de 210 municípios, contando, cada uma, com cerca de 15 famílias participantes.

Os objetivos dos FRS's, prática comunitária histórica, compreendem várias possibilidades, como a aquisição de cercas, sementes (banco de sementes), fundo de palmas etc. O importante, do ponto de vista financeiro, é que a própria comunidade é quem decide a forma de retorno, preservada à integridade dos recursos financeiros, e a destinação de suas disponibilidade em função das necessidades das famílias, alcançando aquelas que nenhuma das instituições de crédito popular atinge: cidadãos empobrecidos habitantes de comunidades isoladas.

Os FRS's são, deste modo, uma expressiva contribuição à construção de alternativas de geração de trabalho e renda para os segmentos de baixa ou nenhuma renda; pode-se, então, afirmar haver um potencial significativo de estruturação econômica para as famílias que hoje recebem benefícios de transferência de renda do "Bolsa Família".

Para que se tenha uma idéia da expressão financeira desta política não-governamental, é suficiente dizer que a maioria dos FRS's hoje existentes maneja anualmente recursos exclusivamente comunitários que, em média, não

excedem a cifra de R\$4 mil e beneficiam um contingente de mais de 140 mil pessoas. Mesmo se agregarmos os custos operacionais, organizativos, de treinamentos, gerenciais etc., ter-se-ia valor significativamente inferior ao de qualquer das atuais políticas sociais existentes e com benefícios sobejamente superiores às mesmas.

Portanto, se pensarmos nos FRS's como uma política nacional poder-se-ia afirmar tratar-se daquela com melhor relação "custo/benefício" e, quiçá, a que melhor persegue os objetivos de "inclusão social", preocupação declarada do atual governo.

### Uma Política Nacional de Fomento aos Fundos Rotativos Solidários – FRS's

As bases para uma Política Nacional de Fomento aos FRS's encontram-se estabelecidas: os atuais FRS existentes configuram-se em um auspicioso começo para uma ação deste tipo. Há em curso, inclusive, um programa oriundo da iniciativa do Banco do Nordeste do Brasil – instituição oficial de fomento ao desenvolvimento – em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, voltado a apoiar as ações dessa natureza, porém – ainda – restrito a sua área de atuação, o nordeste brasileiro.

As organizações da sociedade civil, em sua maioria, já deram mostras de criatividade, capacidade de mobilização, organização e implementação de propostas inovadoras capazes de romper a inércia perversa do empobrecimento, constituindo novos paradigmas de políticas públicas as quais, mesmo em sua atual e reduzida escala, sublinham a importância de mudanças nas ações de governo.

O fortalecimento dos FRS's passa, assim, a ser um desafio para os gestores públicos, a requerer a constituição de uma política de cunho nacional. Para tanto, se faz necessário à criação de um Fundo, de amplitude nacional, que venha a financiar os aqueles, nos moldes aproximados da experiência BNB-SENAES.

Tal Fundo de financiamento poder-se-ia constituir de recursos não-reembolsáveis, provenientes de fontes diversificadas – orçamento da União, fundações, organismos nacionais e internacionais etc. –, e que garantam àquela política nacional expressividade e perenidade no financiamento aos FRS's.

A operacionalidade de uma política da espécie tem todas as condições de se revestir de simplicidade, haja vista o caráter descentralizado de que se reveste. Além disso, há que se considerar que as organizações da sociedade civil serão parceiras fundamentais de sua implementação, tal qual ocorre hoje com o P1MC a que se fez menção anteriormente.

Um dos aspectos essenciais é que tal política considere os FRS's, obedecidos os critérios que venham ser definidos, como unidades de gestão do programa de apoio às iniciativas populares locais, recepcionando os financiamentos concernentes do Fundo Nacional e operacionalizando os repasses aos produtores populares locais. Importa destacar, sob este aspecto, algumas questões:

1. o Fundo Nacional transfere recursos não-reembolsáveis, portanto, recursos que permanecem na própria comunidade, sob gestão dos FRS's, beneficiando continuamente as famílias do local;

2. os FRS's (leia-se: a própria comunidade), por sua vez, estabelece as condições de retorno dos financiamentos concedidos às famílias, de tal sorte que seja preservada a integridade dos recursos ao longo do tempo;

3. as atividades outras – qualificação, habilitação, gerenciamento, organização, processos educativos etc. – têm seus custos cobertos pelo Fundo Nacional e são repassados pelos gestores da política, sem reembolso, às unidades de gestão. Representam, portanto, o "pagamento" pela prestação dos serviços por parte das instituições da sociedade civil, a exemplo do que já é feito pelo governo para as operações do PRONAF por parte das instituições financeiras.

Em nível da sociedade civil e governo (MDS), tal modelo operacional já foi debatido amplamente por ocasião da formulação do Programa de Desenvolvimento Socioeconômico Solidário que, lamentavelmente, não prosperou, havendo forte convergência quanto a sua factibilidade.

Por fim, é relevante fixar-se um plano plurianual de investimentos não-reembolsáveis para os FRS's: isso garante um horizonte de continuidade e explicita o compromisso do governo a esse projeto de geração de trabalho e renda, de caráter local, e a real possibilidade de que o mesmo possa a se constituir em uma política estruturante capaz de integrar parcela dos que atualmente encontra-se no "Bolsa Família".

*Idalvo Toscano*  
Economista

# Credisol, o caminho do crédito popular



Pça. Pereira Parobé, 130/9º andar  
Centro - Porto Alegre/RS  
CEP 90030-170  
51 3023 4440  
www.credisol.com.br -  
credisol@credisol.com.br

# “Eu quero é trabalhar”

Cidade de Floriano, Piauí, primeiro semestre de 2004, reunião à noite com cerca de 100 moradores no salão de um bairro pobre deste município distante uns 300 kms. da capital, Teresina. Fui convidado para explanar o Programa Fome Zero do governo Lula e as políticas sociais em andamento. Depois de uns 15 minutos de exposição, abriu-se a conversa entre todos os presentes. Quase no final, mais de uma hora depois, uma senhora de seus 50 anos se levanta e pede a palavra: “Gostei muito de suas palavras, acho certo o que o presidente Lula está fazendo, mas quero lhe dizer uma coisa que quero que o senhor leve pro presidente. Eu não quero esmola. Eu quero é trabalhar. Eu sei cozinhar, sei lavar e passar roupa, sei cuidar de uma casa. Se qualquer um aqui de Floriano quiser me dar um emprego com salário no final do mês, eu vou escolher é trabalhar e ganhar o pão com o suor do meu rosto. Nós aqui da comunidade não queremos depender toda vida de uma ajuda do governo.”

De tantas reuniões e encontros na vida que a gente em geral esquece, esta senhora sempre me vem à mente, ela de pé, no lado direito do salão, falando com energia e autoridade o que lhe passava no coração. Só tive que concordar com ela e dizer que o objetivo era esse mesmo: garantir renda e trabalho, mas a primeira coisa, a mais urgente, embora emergencial, era garantir a comida a todos os brasileiros e brasileiras. De então até hoje, 2006, são 11 milhões de famílias atendidas pelo Bolsa Família, uma das ações do Fome Zero, são mais de 5 milhões de empregos criados em todo Brasil, e um conjunto de políticas melhoraram a vida do povo brasileiro mais pobre. Mas não sei se aquela senhora de um bairro pobre de Floriano tem seu sonhado emprego, se não continua dependendo de uma ajuda mensal do governo.

O Programa Fome Zero do governo federal tem entre seus quatro (4) eixos estruturantes o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção de processos de geração de trabalho e renda (os outros dois são acesso ao alimento como direito, e mobilização, articulação e educação cidadã). O que se exige no momento é exatamente isso: construir as chamadas ‘portas de saída’, garantir políticas emancipatórias para as famílias. O objetivo não deverá ser mais



acrescentar números ao Bolsa Família e sim a cada ano fixar metas prevendo a diminuição dos benefícios de transferência de renda.

Para isso, é necessário implementar, o que está sendo discutido no GT Fome Zero, integrado por dez (10) Ministérios e a Assessoria Especial do Presidente da República, e começando a ser feito, um conjunto de ações de caráter redistributivo que propiciem o crescimento da participação dos trabalhadores na apropriação da riqueza gerada no país. Faz-se necessário dar prosseguimento a uma política de trabalho e emprego que proporcione substantivo aumento da renda obtida pelo trabalho, tanto dos que estão empregados quanto, e principalmente, dos que estão desempregados. Afinal, como diz o professor Márcio Pochmann, da UNICAMP: “No Brasil, o rendimento do trabalho corresponde a 36% do PIB (Produto Interno Bruto) e os 64% a rendas e patrimônios. Nos Estados Unidos, essa proporção é inversa.”

Uma política de trabalho e renda deve reconhecer que o mundo do trabalho no Brasil é heterogêneo e diversificado. Assim a renda poderá ser obtida por meio de relações de trabalho diversas, seja através do trabalho como empregado, seja o autônomo, incluindo micros e pequenos empreendedores, assim como o trabalho associado ou cooperativado, a economia solidária.

Está no debate também a proposta do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com articulação de um conjunto de entidades e instituições como a Cáritas Brasileira e o CAMP, de construir uma política nacional de apoio a fundos rotativos solidários. A idéia é disponibilizar recursos financeiros, não

reembolsáveis e sem burocracia, para viabilizar experiências de fundos rotativos solidários, projetos associativos e comunitários de bens e serviços. Os recursos podem ser originários do FAT, de fundos de ação social, podem ser de origem orçamentária, de empresas e bancos públicos. A proposta é construir uma metodologia de retorno dos recursos, com compromisso voluntário de devolução, à medida que as iniciativas vão se consolidando e se auto-sustentando. Não se quer, assim, substituir os bancos, mas sim valorizar a sociedade civil. Já há uma experiência deste tipo em andamento no Nordeste. Contou em 2005 com R\$ 1 milhão, para 2006 prevê-se 1,3 milhão, em 2007 R\$ 4 milhões, a fundo perdido, parte dos recursos vindos do Banco do Nordeste (BNB). O desafio posto é repetir e espalhar a experiência em outras regiões do país, criando uma Rede nacional que represente os grupos de geração de trabalho e renda e as iniciativas de economia solidária, faça a interlocução com o governo, busque seu apoio e compromisso com a proposta.

Está aí o desafio para os próximos anos. Marcelo Néri, chefe do Centro de Estudos da Fundação Getúlio Vargas, disse: “O Estado brasileiro começou a gastar mais principalmente com os mais pobres. O Brasil fez uma opção pelos pobres. Em vez de estabilidade e crescimento, o Brasil fez uma opção por estabilidade e distribuição de renda. E está reescrevendo a sua história de desigualdade econômica.” A renda dos 10% mais pobres subiu 16% em 2004, numa ‘velocidade chinesa’. Houve uma

queda da desigualdade entre 1995 e 2004 da ordem de 4,42%, levando à menor desigualdade em 25 anos.

Para que esse processo de redução da desigualdade e de distribuição de renda continue, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), de assessoria ao presidente, com presença majoritária da sociedade, está propondo: promover a redução das desigualdades, adotando a equidade como critério a presidir toda e qualquer decisão dos poderes públicos, de modo a garantir que o Coeficiente de Gini, atualmente mensurado em 0,569 (2004), seja reduzido para 0,400 em 2022, acelerando-se o ritmo de diminuição da desigualdade e dobrando no período a parcela da renda nacional dos 20% mais pobres; implementar uma política continuada de valorização do salário mínimo; ter como meta uma taxa de crescimento média do PIB real em torno de 6% ao ano até 2022; implementar uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, valorizando a diversidade regional brasileira e reduzindo as desigualdades regionais; Reforma Agrária como condição para a democracia; construção de instrumentos de política industrial e tecnológica, de estímulo ao desenvolvimento regional e de redistribuição de renda, acompanhando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), garantindo a geração de 100 a 150 mil novas ocupações/mês (pelo menos 80% destas sendo postos de trabalho formais).

Há, pois, um longo caminho a ser trilhado, necessariamente com compromisso dos diversos níveis de governo, participação da sociedade e parceria entre governo e sociedade. Os movimentos sociais, ONGs, a base popular organizada têm um papel decisivo neste esforço de construção de um país justo e soberano. A senhora pobre de Floriano não passa mais fome. Mas ela quer e precisa mais que isso: dignidade, amor próprio, auto-estima. E isso acontece, superada a falta de comida, com trabalho e renda próprias. Desenvolvimento com distribuição de renda deve ser o centro da política do segundo governo Lula.

**Selvino Heck**  
Assessor Especial do  
Presidente da República